

# CFESS Manifesta

Dia Mundial da Saúde

Brasília (DF), 7 de abril de 2017  
Gestão Tecendo na luta a manhã desejada

**CFESS**  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL  
[www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)



**NOSSO  
PLANO É A  
SAÚDE  
PÚBLICA  
ESTATALE  
UNIVERSAL**



A data de 7 de abril é marcada como o “Dia Mundial da Saúde” e, diante do cenário atual de mais um grave ataque à política de saúde brasileira, a realidade nos exige reflexão e adensamento das lutas em prol dos direitos das/os trabalhadoras/es. Ao longo dos quase 30 anos da conquista constitucional brasileira da política de saúde pública, estatal e universal, que é o SUS (Sistema Único de Saúde), diversas contrarreformas impediram que este se materializasse conforme previsto.

O histórico e progressivo desfinanciamento, privilegiamento do setor privado e desrespeito ao controle social democrático têm se agravado ao longo dos anos. Alguns exemplos dessa afirmação são evidenciados na intensa entrega da gestão de serviços públicos às organizações sociais e outras formas de terceirização; na aprovação, manutenção e ampliação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que vem retirando 20% dos recursos da seguridade social diretamente da fonte, para pagamento de juros da dívida; na imposição da Medida provisória 13.097/2015, posteriormente transformada em lei que altera parte do texto da Lei Orgânica da Saúde, para permitir a participação direta ou indireta de capital estrangeiro na assistência à saúde; no contínuo desrespeito às deliberações das conferências e às deliberações do Conselho Nacional da Saúde.

Como resultado dessas e de inúmeras outras medidas contrarreformistas, os serviços privados cada vez mais recebem recursos públicos e o crescimento dos planos privados tem alcançado as maiores marcas. Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o crescimento no número de usuários de planos de saúde saltou de 31 milhões em 2000, para 48,5 milhões em 2016. Foi em 2010, no segundo governo Lula, que o Brasil alcançou a posição de segundo mercado mundial de planos de saúde.

Ainda que o cenário já indicasse um intenso desmonte, em 2016, a situação é agravada quando o ministro da saúde do governo ilegítimo de Michel Temer promulga a Portaria nº 1.482, que delibera sobre a instituição do grupo de trabalho para discussão e elaboração de projeto de Plano de Saúde Acessível. O GT é formado por representantes, titulares e

suplentes do Ministério da Saúde, da ANS e da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg). A ação do ministro de criar e ainda delegar ao ministério a coordenação desse grupo demonstra mais uma vez a intenção de desmontar a saúde pública e fortalecer o setor privado.

A justificativa para a proposta de planos acessíveis, dada pelo ministro, se baseia no

**OS PLANOS DITOS “POPULARES” OU “ACESSÍVEIS” REPRESENTAM A POSSIBILIDADE DE RENTABILIDADE PARA O SETOR PRIVADO E UM PREJUÍZO INCALCULÁVEL NO CAMPO DO DIREITO À SAÚDE. OS EFEITOS DO AVANÇO DESSA PROPOSTA SÃO NEFASTOS PARA TRABALHADORES E TRABALHADORAS QUE, NA PRÁTICA, IRÃO PAGAR POR PLANOS REDUZIDOS EM VALOR E TAMBÉM EM COBERTURA, CRIANDO UM FUNDO JUSTIFICADO PELA FALÁCIA DE QUE ELE SÓ SERÁ UTILIZADO CASO A PESSOA ADOEÇA. SIMPLEMENTE NÃO TERÁ ACESSO.**

argumento de “desafogar o SUS”, o que consideramos uma falácia. Desde a regulamentação dos planos de saúde na década de 1990, foram empreendidas diversas tentativas de retroceder em relação à legislação e tais propostas foram barradas pela mobilização popular.

Na atualidade, já existem dois tipos de planos de saúde “baratos”, que oferecem coberturas mínimas, como o plano ambulatorial, que

vende consultas e exames, e o plano que conta com uma rede credenciada reduzida, sendo ambos assegurados pela legislação. O crescimento dessas propostas tem sido acompanhado do número de denúncias e ações contra os planos.

Uma novidade trazida por esta nova proposta de planos acessíveis é a participação da CNseg, representando os interesses do setor privado até então representado pela Confederação Nacional de Saúde. Essa nova representação indica o fortalecimento da tendência do capital de internacionalização da economia e, associada à abertura ao capital estrangeiro aprovada em 2015, expressa a pressão internacional pela financeirização e por realizar mudanças normativas para que a legislação do país se torne mais favorável aos seus interesses.

Os planos ditos “populares” ou “acessíveis” representam a possibilidade de rentabilidade para o setor privado e um prejuízo incalculável no campo do direito à saúde. Os efeitos do avanço dessa proposta são nefastos para trabalhadores e trabalhadoras que, na prática, irão pagar por planos reduzidos em valor e também em cobertura, criando um fundo justificado pela falácia de que ele só será utilizado caso a pessoa adoça. Porém, o que não é nem mencionado é que existe a grande possibilidade de uma pessoa idosa adoecer e, neste caso, terá que pagar para ter acesso a determinados procedimentos ou simplesmente não terá acesso.

O ataque à saúde por meio dos planos de saúde, à previdência com sua nova contrarreforma, associado ainda ao congelamento de “gastos” públicos, representam um dos mais graves ataques articulados contra a seguridade social, que jamais foi realmente instituída no Brasil.

Os valores neoliberais fortalecidos na atual conjuntura supervalorizam o mercado e a lógica da competição e da meritocracia, o que também impulsiona a mercantilização dos direitos sociais. Acreditamos que é na rua, na luta coletiva, que conseguiremos resistir aos ataques impostos pelo capital. Assim, reafirmamos nossa defesa da agenda de lutas que vem sendo construída pelos/as trabalhadores/as, com a intencionalidade de compor uma greve geral. Nesse Dia Mundial da Saúde, convocamos todas e todos à defesa da saúde pública, estatal e universal! #NossoPlanoÉoSUS

## Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

**PRESIDENTE** Maurílio Castro de Matos (RJ)  
**VICE-PRESIDENTE** Esther Luíza de Souza Lemos (PR)  
**1ª SECRETÁRIA** Alessandra Ribeiro de Souza (MG)  
**2ª SECRETÁRIA** Erlenia Sobral do Vale (CE)  
**1ª TESOUREIRA** Sandra Teixeira (DF)  
**2ª TESOUREIRA** Marlene Merisse (SP)

**CONSELHO FISCAL**  
 Juliana Iglesias Melim (ES), Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB) e Valéria Coelho (AL)

**SUPLENTE**  
 Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)

**CFESS MANIFESTA**  
**Dia Mundial da Saúde**  
**Conteúdo (aprovado pela diretoria):**  
 Alessandra Ribeiro  
**Organização:** Comissão de Comunicação  
**Revisão:** Diogo Adjuto  
**Diagramação e arte:** Rafael Werkema